

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente  
BERNARD DA COSTA CAMPOS — Diretor

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Executivo  
MAURO GUIMARÃES — Diretor  
FERNANDO PEDREIRA — Redator Chefe  
MARCOS SÁ CORRÉA — Editor  
FLÁVIO PINHEIRO — Editor Assistente

## Vida Nova

**O** Brasil não escapa da legitimização política pelas urnas em 1988: "Vai dar quatro anos de mandato" e, portanto, a sucessão presidencial se decidirá no novo ano. Quem o reconhece de público, com toda a franqueza, é o governador de São Paulo, que tem sido o ponto de apoio dos defensores do mandato de cinco anos. É a força da opinião pública, proclama Orestes Quérzia.

Não foi o governador quem mudou, e sim a opinião pública que se convenceu da necessidade de eleger um Presidente da República, depois de verificar que é perder tempo insistir numa transição que não foi capaz de aproveitar as melhores condições. Perdida a credibilidade política, a ingovernabilidade vem se ampliando perigosamente.

Não há, na visão democrática, qualquer outra solução política que não passe pelas urnas. Os constituintes captaram os sinais de impaciência emitidos pela sociedade e os traduziram na aprovação do mandato de quatro anos. Desde então, o raio de convicção política se ampliou a toda a sociedade brasileira, e resta agora apenas o plenário da Constituinte ratificar a decisão da Comissão de Sistematização.

A importância do reconhecimento, por parte do governador Quérzia, da necessidade da eleição presidencial no novo ano se amplia no contexto da sua entrevista: por se tratar do governador de São Paulo, por ser um político do PMDB que defendia o mandato de cinco anos e pela circunstância de figurar na relação dos credenciados a disputar a candidatura pelo partido à sucessão presidencial.

O peso político da declaração do governador Quérzia faz a balança pender, definitivamente, para o lado da opinião pública que baliza atualmente duas prioridades: a aceleração dos trabalhos da nova constituição e o equacionamento automático da sucessão presidencial. Desaparece, a partir de agora, qualquer espaço para as manobras que tentavam retardar por impasse a ação dos constituintes, com a finalidade de impedir a aprovação da eleição em 88, em tempo útil. Reduziu-se à margem do campo o jogo da crise que não distingue sequer entre o passado e o futuro.

É "urgente, urgentíssima" a necessidade de aprovação da constituição, proclama o governador de São Paulo: "Qualquer outra coisa que se faça agora estará prejudicando o país." Com a mesma franqueza, o governador relaciona os dados que compõem a gravidade da situação brasileira: o país está sendo sacrificado, o povo está sendo sacrificado, os empresários estão sendo sacrificados — e o país está parado.

Os constituintes não se lembraram de que tinham como último prazo para promulgação da nova constituição brasileira a data de 15 de novembro. A partir desse dia, passaram a devedores. A velocidade de aprovação da constituição é, neste momento, a preliminar da sucessão presidencial

que — por vontade dos brasileiros — vai se realizar a 15 de novembro.

A proclamação da força da opinião pública pelo governador Orestes Quérzia, como decisiva para a sucessão presidencial, implica o reconhecimento de que falta cada vez mais legitimidade ao governo Sarney. Sem legitimidade, qualquer governo resvala no conceito da sociedade, e só se sustenta sobre a eficiência, que é precária em sua eficácia política. Este governo, incumbido da transição, não demonstrou capacidade de deliberar e agir de forma consequente. Faltou-lhe uma base de convicção, e não foi capaz de montar uma administração consistente e coerente. As despesas ultrapassaram sempre a receita, e não houve um ato capaz de convencer a opinião pública de que a nação tinha governo. O hábito de negar a existência de gastos desautorizados levou os governantes a negligenciarem os riscos de uma inflação que, ao longo deste ano, encerrou a oportunidade e cortou-lhe a credibilidade.

O novo ano abre-se com a certeza da sucessão presidencial e na expectativa do próximo arremate da Constituinte. Uma nova constituição, logo, para o Brasil ir às urnas.

A sucessão presidencial vai tirar um peso moral que recai sobre os brasileiros desde que se caracterizou a ilegitimidade do governo, acentuada pela incapacidade de exercer o poder com a credibilidade inicial, que herdou do presidente eleito, e apesar de ter o maior partido político que o país já elegeu.

O aspecto moral assumiu a dianteira porque, em seu malogro, o governo Sarney tentou manobrar exclusivamente para prorrogar o seu mandato, assim que se caracterizou na opinião pública — e a Constituinte o recolheu nas ruas para inserir no projeto de constituição — o sentimento favorável ao mandato de quatro anos. A ilegitimidade transpareceu no próprio comportamento dos homens de governo, e os cidadãos entenderam que a nação vive as consequências de um erro: o vice-presidente é apenas o sucessor do presidente, e portanto o vice José Sarney não poderia ter tomado posse no lugar do presidente Tancredo Neves. Uma vez, no entanto, que ficou assentada por consenso a substituição temporária, não poderia a interpretação artificial prevalecer depois que o presidente morreu sem ter assumido o cargo. E muito menos poderia o vice-presidente exercer os poderes presidenciais como se fosse efetivo, quando não poderia sequer suceder o presidente que não se empossou. No máximo, o governo Sarney seria incumbido da sucessão presidencial, e pelo voto direto. Não há como falar em mandato de Sarney.

A nação se reencontra no sentimento de que a solução política brasileira passa pela sucessão presidencial direta, no novo ano que começa como uma oportunidade que se reapresenta.